



SAQUAREMA-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR DOCENTE-1

- ▶ Português
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Gerais do Município
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SAQUAREMA - RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - RJ

Professor Docente-1

EDITAL Nº 001/2026

CÓD: SL-070JH-26
7908403596607

Português

1. Leitura e compreensão de textos variados	9
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo; Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	12
3. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	15
4. Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização	16
5. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	17
6. Verbos: pessoa, número, tempo e modo; Vozes verbais; Transitividade verbal e nominal; Estrutura, classificação e formação de palavras.; Funções e classes de palavras; Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Flexão nominal e verbal. Regência verbal e nominal	18
7. Figuras de linguagem	30
8. Funções da linguagem	34
9. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	35
10. Acentuação gráfica	35
11. Pontuação: regras e efeitos de sentido; Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	40
12. Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	42
13. Crase	43
14. Ortografia	46

Legislação Educacional

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90	59
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	99
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15	119
4. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação, inclusive anexos	137
5. Plano Municipal de Educação de Saquarema	142
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	143
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Resolução CNE/CP nº 1/2004	143
8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	144
9. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA	144
10. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	147
11. Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	155
12. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva	164
13. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025	168
14. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais e similares	169
15. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”,	171

1. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	171
---	-----

Conhecimentos Gerais do Município

1. Parte 1. Origem e dados históricos da região onde se situa hoje o Município de Ssquarema. As primeiras ocupações, evolução histórica, econômica e administrativa. Fatos e eventos relevantes ao longo do tempo. Características urbanas e configurações atuais do Município. Equipamentos e serviços. Atividades econômicas predominantes. Patrimônio natural, histórico, material e imaterial. Datas comemorativas; atrações, eventos e espaços de destaque, nas áreas de Cultura, Esportes e Turismo. Roteiros locais. Posição do Município na divisão regional turística do Estado e sua classificação. Personalidades do Município e visitantes ilustres. Informações sobre aspectos físicos e geográficos do Município: área, altitude, clima, relevo. Localização, população, distritos, limites municipais, vias de acesso. Sistemas costeiro, lagunar e hidrográfico. Parques, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental locais e da região	177
2. Parte 2. Aspectos da administração municipal de Ssquarema conforme sua Lei Orgânica: Autonomia, poderes e símbolos municipais. Divisão administrativa do Município. Competências municipais: privativas, comuns e suplementares. Vedações. Organização dos poderes: Câmara e Prefeitura. Câmara Municipal: funções, competências privativas, posse, funcionamento. Conceitos sobre mandato, legislatura, sessão legislativa, sessões ordinárias e extraordinárias; comissões permanentes e especiais. Prefeito Municipal: Competências privativas, posse, substituição, proibições, licenças. Leis de sua iniciativa. Auxiliares diretos. Julgamento de crimes e infrações do Prefeito. Atos de competência do Prefeito e seus conteúdos específicos.....	182

Conhecimentos Específicos Professor Docente-1

1. Teoria de Aprendizagem. Desenvolvimento da criança (cognitivo, afetivo, motor e perceptivo). Competências socioemocionais	207
2. Avaliação	213
3. Planejamento	214
4. Prática pedagógica e o processo de construção do conhecimento	217
5. Interdisciplinaridade e projetos	218
6. Democratização da Escola Pública	224
7. Gestão democrática	230
8. Metodologias ativas	236
9. Projeto Político Pedagógico	237
10. Educação Inclusiva	239
11. Atendimento educacional aos alunos com deficiência	244
12. Bullying, cyberbullying e Lei nº 13185 de 6 de novembro de 2015	247
13. Currículo na perspectiva da Inclusão/currículo adaptado	249
14. Teorias do Currículo	250
15. Recursos de Ensino e tecnologias digitais	253
16. História da Educação	258
17. Aspectos filosóficos, psicológicos e sociológicos da Educação	265
18. IDEB e avaliações de larga escala	270
19. Transtornos e dificuldades de aprendizagem	281
20. Temas Contemporâneos Transversais (Saúde; Economia; Meio Ambiente; Cidadania e civismo; Multiculturalismo; Ciência e Tecnologia).	282

ÍNDICE

1. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA	289
2. Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.....	289
3. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva	289
4. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025	289
5. Base Nacional Comum Curricular	289
6. Educação Digital e Inteligência Artificial na Educação	327
7. Legislação Educacional Atualizada: Constituição Federal	331
8. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação, inclusive anexos.....	334
9. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	334
10. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90.....	334
11. Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15	334
12. Plano Municipal de Educação de Saquarema e atribuições do cargo.....	334

PORTUGUÊS

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Ex.:

Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.

Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Ex.:

Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Ex.:

Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.

Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.

As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

Ex.: Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

Ex.: Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

Ex.: Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

Ex.: Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

Ex.: Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL Nº 8.069/90

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 11. A assistência psicológica à gestante, à parturiente e à puérpera deve ser indicada após avaliação do profissional de saúde no pré-natal e no puerpério, com encaminhamento de acordo com o prognóstico. (Incluído pela Lei nº 14.721, de 2023) (Vigência)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§ 1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

VII - desenvolver atividades de educação, de conscientização e de esclarecimentos a respeito da saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério. (Incluído pela Lei nº 14.721, de 2023) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

PARTE 1. ORIGEM E DADOS HISTÓRICOS DA REGIÃO ONDE SE SITUA HOJE O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA. AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA. FATOS E EVENTOS RELEVANTES AO LONGO DO TEMPO. CARACTERÍSTICAS URBANAS E CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO MUNICÍPIO. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES. PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO, MATERIAL E IMATERIAL. DATAS COMEMORATIVAS; ATRAÇÕES, EVENTOS E ESPAÇOS DE DESTAQUE, NAS ÁREAS DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO. ROTEIROS LOCAIS. POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA DIVISÃO REGIONAL TURÍSTICA DO ESTADO E SUA CLASSIFICAÇÃO. PERSONALIDADES DO MUNICÍPIO E VISITANTES ILUSTRES. INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO: ÁREA, ALTITUDE, CLIMA, RELEVO. LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, DISTRITOS, LIMITES MUNICIPAIS, VIAS DE ACESSO. SISTEMAS COSTEIRO, LAGUNAR E HIDROGRÁFICO. PARQUES, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LOCAIS E DA REGIÃO

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

A história do desbravamento da região onde se situa hoje o Município de Saquarema teve início no princípio do século XVI, poucos anos depois do descobrimento do Brasil. Após 26 anos da expedição de Américo Vespúcio, que em 1503 aportou na região de Cabo Frio e ali permaneceu até o início de 1504, retornando a Portugal com um carregamento de pau brasil, D. João III, rei de Portugal, concebeu outra estratégia de ocupação do novo território: estabelecer pontos onde se provesse de mantimentos e homens e fundar uma colônia nas margens do Rio da Prata.

Para tanto, foi organizada uma frota composta de 2 naus, 1 galeão, 2 caravelas e 400 pessoas, entre tripulantes e passageiros. Por uma carta régia de 20 de novembro de 1530, confiou a direção dessa frota a Martim Afonso de Souza, dando-lhe poderes extraordinários, entre os quais “tomar posse e colocar marcos em todo o território até a linha demarcada.”

A frota zarpu do porto de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, chegando à baía de Todos os Santos em 13 de março de 1531. No dia 17 deste mês, Martim Afonso de Souza reiniciou sua viagem para o sul. Passados dias, após contornar o Cabo Frio, fundeu no Costão em frente ao antigo ‘Morro do Sambaqui’, hoje conhecido pelo nome de Morro do Canto.

Nesse local, encontrou regular número de índios Tamoios, obedientes à chefia de um índio denominado ‘Sapuguaçu’. Habitavam choças construídas em troncos de árvores e cobertas com palhas de tabua ou pita. Suas embarcações, feitas de um só tronco, eram ligeiríssimas, causando pasmo a rapidez e perícia com que eram dirigidas. Denominavam o local onde moravam de socoa-y-rema (lago sem conchas, na língua indígena). Em outra versão, soco-rema significaria bando de socós, referindo-se a uma espécie de ave pernalta que abundava na lagoa.

Tendo abastecido seus navios, de água, lenha e frutos nativos, Martim Afonso de Souza prosseguiu em sua viagem na direção sul. Permaneceu na Baía de Guanabara por cerca de oito meses, indo depois para São Paulo, onde fundou a primeira vila do Brasil, em 1532, São Vicente.¹

Em 1534 foram criadas as capitanias hereditárias como forma de divisão territorial e administrativa para promover a colonização do Brasil. D. João III doou a Martim Afonso de Souza a Capitania de São Vicente; que compreendia, inclusive; as terras da região de Saquarema.

No entanto, a ocupação efetiva do território se mostrou problemática desde o início devido às grandes extensões das capitanias e ao pouco interesse dos donatários em se fixar em locais remotos e sem qualquer recurso para, inclusive, enfrentar ataques de franceses e piratas que vinham à costa brasileira explorar o pau Brasil e outras riquezas naturais.

Ao mesmo tempo que a presença dos franceses se intensificava na região, o tráfico prosperava com a ajuda dos Tamoios. As desavenças entre os índios e os portugueses teriam iniciado logo no início da colonização, quando as relações começaram a se desgastar.²

A guerra travada entre portugueses e Tamoios em 1575 foi consequência dessa situação, como parte dos inúmeros conflitos que concorreram para a morte e escravização de milhares de indígenas no período colonial. Em 1575, Antônio Salema, governador do Rio de Janeiro, comandou um destacamento de 400 homens das regiões da Baía de Guanabara, São Vicente e Espírito Santo acrescido de grande contingente de índios catequizados, que seguiram por terra e mar em direção a Cabo Frio.

Na ocasião, muitos franceses desertaram e após sangrentos embates, os Tamoios foram vencidos. Salema chegou a matar mais de dois mil índios e escravizar mais de quatro mil deles. Outros números apontam para uma quantidade incontável de mortos e cifras de oito a dez mil tamoios escravizados. Salema dividiu as famílias indígenas, enviando uns para São Vicente e outros para o Rio de Janeiro³.

1 http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf

2 FERNANDES, Fernando Roque: Guerra de Cabo Frio. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/guerra-de-cabo-frio/>

3 FERNANDES, Fernando Roque: Guerra de Cabo Frio. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/guerra-de-cabo-frio/>

A esse respeito, é de referir a tese, segundo a qual o embate teria ocorrido na região de Saquarema, mais precisamente na área de Sampaio Correa, então denominada Maranguá, segundo reportagem do jornal de Saquarema, "O Saquá" (Ed. 240, 2019).

Saquarema teve como núcleo inicial de povoamento um lugar chamado Carmo, que, segundo vários autores, corresponde hoje a Ipitangas. Ali, em 1594, padres da Ordem do Carmo obtiveram algumas sesmarias, e deram início à construção de um convento denominado Santo Alberto, que não foi concluído e sobre o qual existem poucas referências.¹

A exemplo de outras ordens religiosas que então vieram para o Brasil, os Carmelitas contribuíram para o povoamento das regiões que ocuparam, atuando na criação de fazendas e produção de gêneros e alimentos importantes para a subsistência e para a economia local, utilizando mão de obra indígena e, posteriormente de escravos, entre outras atividades. Além disso, a concessão de outras sesmarias nas redondezas após a chegada dos carmelitas, motivou a criação de várias novas fazendas nas terras da atual Saquarema.

Entre 1660 e 1662, Manoel Aguillar Moreira e sua mulher Catarina mandaram erigir no outeiro à beira-mar, debruçada sobre a orla da lagoa de Saquarema, uma capela para os moradores da localidade dedicada à Nossa Senhora de Nazaré. Quinze anos depois, o prédio foi substituído por outro de maiores dimensões.

Por volta de 1820 foi construída, sobre os alicerces da antiga capela, a igreja de Nossa Senhora de Nazaré com as feições que conhecemos.²

► **Formação político-administrativa³**

Em 1755, o povoado foi elevado à condição de Freguesia de Cabo Frio. A pesca era, então, a principal atividade local, seguida da agricultura de subsistência.

Em 1841, foi desmembrada de Cabo Frio e elevada à categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema.

O desenvolvimento reduzido do município, no entanto, determinou sua extinção em 1859, sendo seu território anexado à vila de Cabo Frio.

Em meados do século XIX, um súbito progresso provocado pelo avanço do café, no entanto, fez com que Saquarema fosse restituída à condição de vila em 1860 com a denominação de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema, com território desmembrado dos municípios de Cabo Frio e Araruama. Sua reinstalação ocorreu em 1861.

Em 1890, a vila foi elevada à categoria de cidade e sede do município com a denominação de Saquarema pelo Decreto Estadual n.º 28, de 03-01-1890.

Em 1892 foram criados os distritos de Mato Grosso e Palmital e anexados ao novo município de Saquarema. Ambos tiveram suas denominações alteradas na primeira metade do século XX: Em 1938, o distrito de Palmital passou a denominar-se Bacaxá; e em 1943, o distrito de Mato Grosso passou a denominar-se Maranguá, denominação alterada para Sampaio Correa em 1946.

Com relação à economia local, cabe destacar também o papel da mão de obra escrava, fundamental para a produção e o desenvolvimento da região, bem como os maus tratos e a crueldade de seus senhores, citados por vários autores. Nesse sentido, deve ser registrado o episódio da revolta na fazenda Ipitangas e do Quilombo de Bacaxá, ambos tendo como resultado os castigos e mortes dos envolvidos. Ao final, a abolição e o êxodo dos trabalhadores gerou um forte retrocesso na economia da região.

Também no século XIX, duas expedições passaram pela região de Saquarema:

- Entre 1815 e 1817, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, naturalista alemão, percorreu os atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia e pernitoou nas fazendas Ipitangas, de propriedade de Francisco Leite Pereira de Andrade e Tiririca, de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho.
- Nos anos 1830 Charles Darwin, naturalista britânico esteve em expedição no Brasil e no entorno da Lagoa de Jacomé fez descobertas e registros importantes sobre rochas de praia (beachrocks), suas características e propriedades.

PRINCIPAIS EVENTOS DA PRIMEIRA PARTE DO SÉCULO XX

► **Estrada de Ferro Maricá**

A Estrada de Ferro Maricá (EFM) teve seu primeiro trecho inaugurado em 1887, ligando os municípios de São Gonçalo a Maricá. Desde então, a ferrovia se tornou o principal meio de transporte da região, até então desprovida de outras vias de acesso e com estradas vicinais precárias.

Com a ampliação da via ferroviária foram construídas no território de Saquarema as estações de Sampaio Correa (antiga Mato Grosso) e Bacaxá, em 1913. Buscava-se a realização do transporte de cargas em menor tempo e com maior segurança, além de ser um meio de escoamento de produtos vindos do interior fluminense, e de facilitar o acesso da população à Niterói, então capital do Estado.

1 <https://carmelitas.org.br/6966/>

2 <https://www.ipatrimonio.org/saquarema-igreja-matriz-de-nossa-senhora-de-nazare/#!/map=38329&loc=-22.93698800974761,-42.49246407013705,17>

3 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/saquarema/historico>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TEORIA DE APRENDIZAGEM. DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (COGNITIVO, AFETIVO, MOTOR E PERCEPTIVO). COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem é uma área central nos estudos educacionais, pois busca compreender os processos pelos quais os indivíduos se desenvolvem física, emocional, cognitiva e socialmente, além de explicar como ocorre o aprendizado ao longo da vida. Essa área de estudo, originada na interseção entre psicologia e educação, fornece bases teóricas e práticas que ajudam os educadores a adaptar suas estratégias de ensino às diferentes fases do desenvolvimento dos alunos, facilitando a construção de conhecimento e habilidades.

No contexto escolar, é essencial que os professores compreendam as transformações que ocorrem em cada etapa do desenvolvimento humano e as diversas formas como o aprendizado pode se manifestar, de modo a promover um ambiente de ensino inclusivo e estimulante. A partir de teorias e estudos científicos, como os de Jean Piaget e Lev Vygotsky para o desenvolvimento cognitivo, ou Erik Erikson para o desenvolvimento psicossocial, educadores conseguem compreender melhor os limites e as potencialidades dos alunos. Essas teorias explicam, por exemplo, como as crianças e os adolescentes percebem e interagem com o mundo, desenvolvendo habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, e emocionais, como a autoconfiança.

Além disso, as teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, o cognitivismo e a teoria da aprendizagem social, oferecem modelos que elucidam o processo pelo qual as pessoas assimilam e retêm novos conhecimentos. Elas mostram que fatores como reforço positivo, observação e processos mentais internos são fundamentais na construção do conhecimento, permitindo que o ensino seja planejado para maximizar o engajamento e o desenvolvimento dos alunos.

Assim, ao estudar a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, educadores obtêm ferramentas para planejar aulas que respeitem as diferentes fases e estilos de aprendizagem dos estudantes, promovendo uma educação mais personalizada e eficaz.

► Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

► Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos):

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação (entendimento de que certas propriedades, como quantidade, permanecem as mesmas mesmo quando a forma do objeto muda) e classificação (capacidade de organizar objetos em categorias) são aprendidos.

Estágio das Operações Formais (a partir dos 11 anos):

Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio abstrato e hipotético. O adolescente torna-se capaz de pensar sobre ideias complexas, elaborar hipóteses e considerá-las logicamente, mesmo que não estejam diretamente ligadas à realidade. Esse tipo de pensamento permite a resolução de problemas complexos e a formação de ideologias pessoais.

► **Teoria de Lev Vygotsky: Desenvolvimento Cognitivo e a Influência Sociocultural**

Lev Vygotsky (1896 – 1934), psicólogo russo, também estudou o desenvolvimento cognitivo, mas enfatizou a importância do contexto social e cultural nesse processo. Diferente de Piaget, Vygotsky acreditava que o aprendizado antecede o desenvolvimento, e que este ocorre por meio de interações com outras pessoas, especialmente adultos e pares mais experientes. Para ele, o conhecimento é construído a partir de mediações sociais e culturais. Seus principais conceitos incluem:

Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):

A ZDP é a diferença entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ela pode realizar com a ajuda de alguém mais experiente. Para Vygotsky, a aprendizagem é maximizada quando ocorre dentro da ZDP, ou seja, quando o ensino é direcionado para atividades que a criança ainda não consegue fazer sozinha, mas que pode aprender com ajuda. Esse conceito destaca a importância do andamento guiado, onde o professor ou colega mais experiente apoia a criança, ajudando-a a avançar no desenvolvimento.

Mediação e Ferramentas Culturais:

Vygotsky enfatiza que o uso de ferramentas culturais, como a linguagem e outros sistemas simbólicos (arte, matemática, escrita), é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. A linguagem, em especial, desempenha um papel central, pois é por meio dela que o pensamento se organiza e se torna cada vez mais complexo. A fala interna, que surge na infância como uma forma de diálogo com os outros e se torna pensamento interiorizado, é uma ferramenta que permite a autorregulação e a solução de problemas.

Aprendizagem como Processo Social:

Para Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo é indissociável do ambiente social. O aprendizado ocorre, principalmente, nas interações com outros, onde o estudante internaliza conhecimentos e práticas culturais. O processo de internalização permite que as funções mentais superiores, inicialmente realizadas em colaboração com o outro, se tornem funções internas.

Comparação entre Piaget e Vygotsky:

Aspecto	Piaget	Vygotsky
Foco do Desenvolvimento	Interação com o ambiente físico	Interação com o ambiente social
Sequência de Desenvolvimento	A criança passa por estágios que devem ocorrer em ordem sequencial (universais)	O desenvolvimento não é universal e depende do contexto cultural
Aprendizagem e Desenvolvimento	O desenvolvimento precede a aprendizagem, que ocorre quando o aluno está “pronto”	A aprendizagem precede o desenvolvimento e impulsiona as novas competências
Papel do Educador	Observador, criando ambientes que estimulem descobertas autônomas	Facilitador ativo, que orienta o aluno dentro da ZDP

Implicações para a Educação:

A aplicação prática dessas teorias sugere abordagens educacionais diferentes. Enquanto a perspectiva de Piaget apoia a ideia de atividades autônomas e exploração do ambiente, a de Vygotsky incentiva o ensino interativo e colaborativo, valorizando o papel do professor e dos colegas como mediadores do conhecimento.

1. Com base em Piaget, o ensino deve propor atividades adequadas ao estágio de desenvolvimento dos alunos, respeitando suas limitações cognitivas e estimulando seu potencial para descobrir por si próprios.

2. Com base em Vygotsky, o ensino deve aproveitar a ZDP dos alunos, propondo atividades que desafiem o aluno com o apoio do professor e colegas mais experientes. A prática colaborativa e a troca de conhecimento em grupo são recomendadas, valorizando o contexto social e cultural no qual o aluno está inserido.

As teorias do desenvolvimento cognitivo de Piaget e Vygotsky são complementares, oferecendo uma compreensão ampla do desenvolvimento humano. Enquanto Piaget nos guia sobre as capacidades e limitações do pensamento em diferentes idades, Vygotsky enfatiza a importância do contexto social e do aprendizado mediado. Ambas as teorias são essenciais para um planejamento pedagógico que atenda às necessidades dos alunos, promovendo seu desenvolvimento de forma integrada e contextualizada.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!